



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Ministério da Fazenda

Provas Objetivas

1 e 2

Edital ESAF n. 64, de 03/10/2013

**Exame de Qualificação
Técnica para Avaliação da
Capacitação Técnica de
Ajudantes de Despachantes
Aduaneiros**

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:
“O essencial não é ter vencido, mas ter lutado bem”
4. **DURAÇÃO DAS PROVAS: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Nas provas há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e.**
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
9. Durante as provas, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.7 do edital regulador do exame.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início das provas. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do exame de qualificação técnica.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

LÍNGUA PORTUGUESA

O Estado é a expressão maior do poder, como o poder de aplicar as leis e de oferecer certos serviços exclusivos para ____ (A) ____ população. Um Estado moderno é ____ (B) ____ capaz de cumprir essas funções de maneira impessoal. Isso significa um Estado que ____ (C) ____ todos os seus cidadãos de maneira indistinta, independentemente de eles ____ (D) ____ conexões com autoridades. O verdadeiro significado do Estado de direito é a delimitação do poder. O poder deve ser exercido unicamente dentro da lei. Em certos sentidos, Estado forte e Estado de direito são forças que empurram para lados opostos. Estado forte diz respeito a concentrar e exercer o poder, e Estado de direito diz respeito a ____ (E) ____ o poder. Governo responsável significa um Estado que trabalha para o interesse comum.

(Adaptado da entrevista de Francis Fukuyama à revista *Veja*, 27 de outubro, 2013)

1 - No texto acima, provoca-se erro gramatical e prejudica-se a coesão textual com o seguinte preenchimento de lacuna:

- a) à
- b) aquele
- c) trate
- d) possuírem
- e) limitar

As questões 2, 3 e 4 tomam por base o seguinte texto:

- 1 Diariamente deparamos com noticiários de casos de fraudes, golpes, corrupção e toda sorte de escândalos. Abalada por sucessivos escândalos, a sociedade está se tornando cada vez mais intolerante e menos indulgente com a desonestidade. Ninguém mais acredita em “pecadores arrependidos”. A análise superficial costuma enquadrar as pessoas envolvidas em atos de desonestidade como as “maçãs podres” do barril. Entretanto, na prática, vivemos batalhando contra a tentação de comportamento incorreto, mas vantajoso, de modo similar ao de banqueiros e políticos pegos em escândalos. O que já é senso comum ganhou respaldo com pesquisas recentes de psicólogos e sociólogos comportamentais, que revelaram que todos estamos a um passo de cometer deslizes morais o tempo todo. Ao contrário do que imaginamos, atos desonestos não são, necessariamente, cometidos por pessoas sem escrúpulos, mas por pessoas menos escrupulosas. O comportamento escandaloso está apenas a alguns graus de condescendência do comportamento moral. Em um dos estudos, evoca-se a imagem de uma bússola para analisar o funcionamento do senso moral. Por mais que a agulha interna esteja constantemente apontando para a direção certa, são muitas as forças capazes de confundir o “aparelho”. O senso moral não nasce pronto. Desenvolve-se ao longo da vida. Se, por um lado, a racionalização e a relativização flexibilizam os valores, o mesmo processo induz a um olhar mais honesto sobre nós mesmos: devemos evitar generalizações entre pessoas “mais normais” e “mais boazinhas”.

(Adaptado de Camilo Gomide, *As duas faces do caráter*. Planeta, outubro/2013)

2 - Depreende-se do texto que

- a) a intolerância é consequência de uma análise superficial.
- b) todo olhar honesto sobre nós é lançado apenas por nós mesmos.
- c) os escândalos provocados por “pecadores arrependidos” merecem tolerância.
- d) todos nós somos tentados a ter comportamentos incorretos, quando vantajosos.
- e) o senso moral e a racionalização estão presentes apenas nas pessoas com escrúpulos.

3 - Assinale a opção em que as duas expressões são usadas com sentido metafórico, ou não literal, na argumentação do texto.

- a) “ ‘pecadores arrependidos’ ”(l.6) e “bússola”(l.22).
- b) “ ‘maçãs podres’ ”(l.8) e “agulha interna”(l.23).
- c) “banqueiros e políticos”(l.11) e “ ‘mais normais’ ”(l.30).
- d) “a um passo”(l.15) e “ ‘mais boazinhas’ ”(l.30 e 31).
- e) “alguns degraus”(l.19 e 20) e “senso moral”(l.25).

4 - Provoca-se erro gramatical e incoerência entre os argumentos ao fazer a seguinte alteração nas estruturas linguísticas do texto.

- a) Inserção da preposição **de**, na linha 2, antes de “golpes”, “corrupção” e “toda sorte”.
- b) Reescrita de “O que já é”(l.12) por **Aquilo que já é**.
- c) Alteração da preposição na expressão “respaldo com pesquisas”(l.12 e 13) por **respaldo em pesquisas**.
- d) Substituição do verbo “esteja”(l.23) por **está**.
- e) Omissão da preposição em “apontando para a direção” (l.24): **apontando a direção**.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Leia o texto abaixo para responder às questões 5 e 6.

- 1 O aumento do fluxo de passageiros no desembarque internacional intensificou o trabalho na Alfândega. O tamanho da equipe cresceu nos últimos dois anos, mas não tem sido suficiente para acompanhar o ritmo de serviço. As pessoas que viajam com o intuito de trazer produtos para revenda adotam táticas cada vez mais sofisticadas. Além das pesquisas virtuais, o treinamento dos funcionários e a tecnologia auxiliam a fiscalização. Um aplicativo instalado em smartphones usados pelos fiscais ajuda a identificar o preço de produtos comprados no exterior e, assim, contrapor com as informações repassadas por passageiros que tentam burlar as regras da Receita. Comercializar produtos trazidos do exterior como bagagem configura crime de descaminho. Além de as mercadorias serem apreendidas, o transportador pode ser preso. Mesmo que não se enquadre nas características de “muambeiro”, quem extrapola a cota de US\$ 500 e tenta driblar a fiscalização fica sujeito a penalidades que vão além da multa prevista pela omissão de informações. Servidores públicos, em último caso, se condenados, podem ser exonerados.

(Adaptado de Diego Amorim, *Alfândega de Brasília usa redes sociais para fiscalizar mercadoria ilegal do exterior* **Correio Brasileiro** <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2012/03/12>, acesso em 14/10/2013)

5 - Assinale a opção correta a respeito das relações de concordância verbal no desenvolvimento do texto.

- a) O singular em “intensificou”(ℓ.2) deve-se tanto ao singular em “trabalho”(ℓ.2) quanto em “desembarque internacional”(ℓ.1 e 2).
- b) O plural em “adotam”(ℓ.6) deve-se ao plural em “táticas”(ℓ.6).
- c) O plural em “auxiliam”(ℓ.8) deve-se ao plural em “pesquisas virtuais”(ℓ.7).
- d) O singular em “configura”(ℓ.14) deve-se ao singular em “bagagem”(ℓ.14).
- e) O singular em “enquadre”(ℓ.16) deve-se ao pronome “quem”(ℓ.17), que remete ao singular em “muambeiro” (ℓ.17).

6 - Assinale a opção que, ao substituir a palavra do texto, mantém a coerência textual e a correção ortográfica.

- a) desígnio em lugar de “intuito”(ℓ.5)
- b) exorbitar em lugar de “contrapor”(ℓ.11)
- c) propugna em lugar de “extrapola”(ℓ.17)
- d) negaceiar em lugar de “driblar”(ℓ.18)
- e) olvidação em lugar de “omissão”(ℓ.20)

7 - Assinale a opção em que o uso do sinal de pontuação, no texto abaixo, viola as regras gramaticais da língua portuguesa.

Durante muito tempo,(A) os brasileiros que viajam ao exterior ou compram produtos importados,(B) se acostumaram a fechar negócio com o dólar cotado em torno de R\$ 2,00. Em 2013,(C) essa realidade sofreu uma reviravolta:(D) de janeiro a julho, o dólar disparou 12,5 % – a inflação no período foi de 3,18% – (E) e os efeitos dessa alta já são sentidos nos preços das passagens aéreas, dos pacotes turísticos e de produtos eletrônicos.

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

As questões 8 e 9 tomam por base o texto abaixo:

- 1 O desemprego causado por tecnologia não é exclusividade do nosso tempo. O modelo de máquinas tomando o lugar das pessoas vem desde pelo menos 350 a. C., com Aristóteles perguntando o que seria do servo quando a lira tocasse sozinha. Mas foi dois mil anos depois do filósofo, com a Revolução Industrial, que a coisa ficou séria. Na Inglaterra do século 19, os operários destruíram fábricas que substituíam trabalhadores braçais por máquinas a vapor. A maior parte dos economistas apontaria que não adianta se revoltar porque a história das “revoluções produtivas” é uma história de desemprego momentâneo. Quando as máquinas começaram a tomar os empregos em fábricas, essas pessoas foram para o campo dos serviços. Essa foi a receita de progresso econômico até aqui: a tecnologia tirava empregos em um primeiro momento, depois o aumento da produtividade criava mais riqueza; e essa riqueza dava à luz mais empregos.

(Adaptado de Pedro Burgos, *O fim dos empregos. Superinteressante*, setembro de 2013)

8 - Nas relações de coesão do texto,

- a) o termo “filósofo”(ℓ.6) refere-se a um “servo”(ℓ.5) que tocava lira.
- b) o termo “coisa”(ℓ.7) refere-se ao “desemprego causado por tecnologia”(ℓ.1).
- c) a expressão “essas pessoas”(ℓ.14) refere-se a “maior parte dos economistas”(ℓ.9 e 10).
- d) a expressão “Essa... receita”(ℓ.15) refere-se a “aumento da produtividade”(ℓ.17).
- e) a expressão “essa riqueza”(ℓ.18) refere-se a “Revolução Industrial”(ℓ.6).

9 - No desenvolvimento do texto, sugere-se possibilidade ou incerteza com o uso do tempo e modo verbais em

- a) “tomando”(ℓ.3).
- b) “vem”(ℓ.3).
- c) “apontaria”(ℓ.10).
- d) “começaram a tomar”(ℓ.13).
- e) “tirava”(ℓ.16).

10- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do fragmento abaixo.

A habilidade de analisar dados e partir deles chegar ___ (1)___ conclusões produtivas é atividade seminal do ser humano desde que nossos primeiros ancestrais previram ameaças, como leões ___(2)___ espreita, ___(3)___ 2000 000 anos. Essa capacidade evoluiu em paralelo aos avanços tecnológicos. Mas o advento de computadores pessoais na década de 70 e a popularização da internet nos anos 90 elevaram a análise de dados a um novo patamar. Entre o surgimento da civilização e o ano de 2003, a humanidade produziu entre 5 e 8 *exabytes* de informações. É volume criado hoje em meros dois dias. Os dados são processados ___(4)___ uma velocidade que beira o instantâneo.

(Adaptado de Filipe Vilicic e Victor Caputo, *Com as mãos no ouro. Veja*, 31 de julho, 2013)

	(1)	(2)	(3)	(4)
a)	a	à	a	à
b)	à	à	a	a
c)	à	a	há	à
d)	a	a	a	a
e)	a	à	há	a

ATENÇÃO!
Somente responda às questões do idioma **ESPAÑHOL** se este tiver sido sua opção, quando de sua inscrição.

ESPAÑHOL

La deuda pública superará el billón de euros y se colocará en el 101% del PIB

La deuda del conjunto de las administraciones públicas superará el billón de euros y rebasará el 101% del PIB tanto en 2015 como en 2016, aunque en este último ejercicio se corregirá muy ligeramente, de acuerdo con las nuevas previsiones del Gobierno. Así consta en uno de los informes remitidos este jueves por el Ejecutivo español a Bruselas, en cumplimiento del reglamento sobre disposiciones comunes para el seguimiento y la evaluación de los proyectos de planes presupuestarios y para la corrección del déficit excesivo de los Estados miembros de la zona del euro, el conocido como 'Two Pack'.

Concretamente, la deuda pública se situará en el 101,13% del PIB en 2015 y apenas bajará en 2016, hasta situarse en el 101,09%, a pesar de que para ambos años el Gobierno ya contempla un escenario de crecimiento económico del entorno del 0,9% y del 1,3%, respectivamente, así como una reducción del déficit público al 4,2% del PIB en 2015 y al 2,8% al año siguiente. Para este año, el Gobierno prevé que acabe en el 94,2% y para 2014, en el 98,8%.

(Adaptado de *Elmundo.es*, 17/ 10/13 <http://www.elmundo.es/elmundo/2013/10/17/economia/1382011540.html>)

11- En el texto se dice que el conjunto de administraciones públicas españolas tendrá una deuda en euros superior a:

- a) cien millones.
- b) mil millones.
- c) un millardo.
- d) un trillón.
- e) un millón de millón.

12- De acuerdo con el texto, en 2015 la deuda pública española se situará en 101,13% del PIB y en 2016:

- a) solamente bajará.
- b) casi no disminuirá.
- c) luego se reducirá.
- d) pronto aumentará.
- e) en breve se aligerará.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Reforma hacendaria es apropiada

El gobernador del Banco de México (Banxico), Agustín Carstens, consideró que no existe una reforma perfecta; sin embargo, destacó que la presentada por el gobierno del presidente Enrique Peña Nieto es apropiada. En entrevista con Pascal Beltrán del Río, para Excelsior Televisión, Carstens opinó que la generalización del Impuesto al Valor Agregado (IVA) en todo el territorio nacional era una medida indispensable y respecto al gasto en educación centralizado en la federación, comentó que era un buen paso que daría disciplina al gasto en esta materia.

El titular de Banxico recordó que durante la administración del ex presidente Vicente Fox, él trabajó en la elaboración de dos reformas fiscales y destacó que se trata de un ejercicio repetitivo, "lo que obligará eventualmente a la administración actual a regresar a la Secretaría de Hacienda con alguna propuesta", consideró. Ante la circunstancia en la que se encuentra la economía internacional, el funcionario señaló que aunque es inevitable que se afecten países como México, esta situación es "un buen acicate" para generar fuentes de crecimiento internas, además de que "es esencial persistir en la aprobación de las reformas estructurales".

(Adaptado de Elexelsior.mx, 17/10/13 <http://www.dineroenimagen.com/2013-10-17/27593?Categoria=%22dinero%22>)

- 13- El texto mantiene su sentido si la locución "sin embargo" (L.3) se sustituye por:
- así que.
 - a propósito.
 - no obstante.
 - a menudo.
 - por tanto.
- 14- De acuerdo con el texto, el gobernador del Banco de México:
- se opone a la reforma hacendaria.
 - considera imprescindible la generalización del IVA.
 - critica la centralización del gasto en educación.
 - aboga por una nueva reforma fiscal.
 - Cree posible evitar los efectos de la crisis económica internacional.
- 15- Según el texto, para la generación de fuentes de crecimiento internas, la situación económica internacional es:
- un estímulo.
 - un freno.
 - una rémora.
 - un obstáculo.
 - una retranca.

TLC con Tailandia

El Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Perú y Tailandia permitirá que más productores peruanos incrementen sus exportaciones de uvas, conservas, harinas e insumos de pescado, señaló hoy la ministra de Comercio Exterior y Turismo (Mincetur), Magali Silva. Refirió que el mencionado acuerdo comercial fue culminado la semana pasada, en el marco de las reuniones del Foro de Cooperación Económica Asia Pacífico (APEC), en Bali, Indonesia y hará posible aumentar a futuro la balanza comercial a favor de Perú, pues reconoció que las exportaciones hacia ese país aún son menores que las importaciones. "Ha sido un TLC que se empezó a negociar desde el 2003 y permite a Perú resultados auspiciosos a futuro en incremento de exportaciones concretas de productos como conservas, harinas de pescado, congelados de pescado, y uvas", precisó. Para Silva, el mencionado acuerdo comercial abre la oportunidad a más productos peruanos y permite que continúen accediendo a mercados internacionales en condiciones más favorables.

"Con Tailandia todavía tenemos una balanza comercial deficitaria, les hemos comprado a ellos camionetas pick up, lavadoras, pero nuestras exportaciones a ese país no son del tamaño que deberían ser", declaró. Remarcó que otro resultado de las reuniones bilaterales con ministros de Comercio Exterior en Bali fue el haber concretado el cierre de un acuerdo de preferencias arancelarias entre Perú e Indonesia. El anuncio del fin de las negociaciones del TLC, que estaba en vigencia parcialmente en el 2011, lo dieron el presidente Ollanta Humala y la primera ministra de Tailandia, Yingluck Shinawatra, luego de sostener una reunión en el marco de la XXI Cumbre de Líderes del APEC.

(Adaptado de Elcomercio.pe, <http://elcomercio.pe/economia/1644637/noticia-tlc-tailandia-permitira-mejorar-exportaciones-pescado-uvas>)

- 16- Según el texto, el TLC entre Perú y Tailandia:
- ha equilibrado la balanza comercial entre ambos países.
 - incidirá en la producción industrial.
 - disminuirá las importaciones tailandesas hacia Perú.
 - aumentará la participación de productores peruanos en el mercado exterior.
 - incrementará las exportaciones peruanas hacia los mercados emergentes.
- 17- En el texto se dice que la ministra peruana de Comercio Exterior y Turismo:
- evalúa negativamente el TLC.
 - considera equilibrada la balanza comercial con Tailandia.
 - anunció el fin de las negociaciones del TLC.
 - piensa que el TLC abre oportunidades a más productos peruanos.
 - estimulará la compra de materias primas tailandesas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

Evasores parafiscales

La evasión del pago de parafiscales en Colombia durante los últimos años ha sido un secreto a voces y el Estado no contaba con cifras muy claras para establecer cuánto dejaba de recibir el fisco. Sin embargo, el Ministerio de Hacienda y la Unidad de Gestión Pensional y Parafiscales (UGPP) desde hace varios meses se dieron a la tarea de hacer estos complejos cálculos. Los resultados dados a conocer, en un estudio pionero en su tipo en el país, fueron claros: el monto evadido al sistema de protección social tan sólo el año pasado ascendió a \$14,6 billones. De acuerdo con el informe de la UGPP, existen tres modalidades evasoras: omisión (obligados que no están afiliados y no pagan contribuciones parafiscales), morosidad (empleadores e independientes que no cumplen con sus aportes) e inexactitud (contribuyentes que dan valores inferiores a los establecidos). Según el informe de la entidad, \$6,3 billones de la evasión se concentran en omisión, \$4,7 billones en inexactitud y \$3,6 billones en morosidad.

Las cifras muestran que del total de empleadores del país, 665.000 son omisos; 145.000 inexactos y cerca de 90.000, morosos. Esto trae como consecuencias, según el estudio de la UGPP, que 2,5 millones de empleados no cuenten con una pensión y que cerca de 700.000 no estén afiliados al sistema de salud. El panorama de la evasión en la actualidad, en opinión del exdirector de la Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN), Horacio Ayala Vela, “es un reflejo de la informalidad en el país, pese a que se dice que el empleo crece. La gente busca los mecanismos para evadir los parafiscales a través de diferentes formas de contratación. Probablemente la reforma tributaria ayudará, ya que se reducen los parafiscales”. Sin embargo, agrega el experto, aunque se reduzca la carga parafiscal a las empresas, puede darse no sólo evasión de estos tributos, sino de impuesto a la renta.

(Adaptado de *Elespectador.com*, <http://www.elespectador.com/noticias/economia/evasores-parafiscales-articulo-452993>)

- 18- De acuerdo con el texto, la evasión de impuestos en Colombia es:
- de dominio público.
 - un secreto de años.
 - un tema del cual se evita hablar.
 - un problema imaginario.
 - una cuestión de seguridad nacional.
- 19- En el texto se dice que, según la Unidad de Gestión y Parafiscales, en materia de evasión fiscal:
- quienes informan valores falsos representan 6.3 billones.
 - los morosos pagan sus aportes.
 - la inexactitud representa \$4.7 billones.
 - existen cuatro modalidades evasoras.
 - la omisión representa \$ 3.6 billones.
- 20- Según el texto, el ex director de la DIAN considera que la reforma tributaria:
- contribuirá a la informalidad del país.
 - es una estrategia innovadora.
 - creará más desempleo.
 - es inviable y nociva.
 - reduce los parafiscales.

ATENÇÃO!
Somente responda às questões do idioma INGLÊS se este tiver sido sua opção, quando de sua inscrição.

INGLÊS

Questions 11 – 13 refer to the following text:

Some countries have strict regulations about importing or exporting items such as firearms, religious materials, antiquities, medications, business equipment and other items. What seems perfectly fine or innocent—a bag of spices for a friend or a cute little antique you find in a market—may be illegal to bring into or take out of the countries you are visiting. It's a very good idea to check with the embassy or embassies of the countries you plan to visit. They can tell you what you can or can't bring in or out of the country.

In many countries, counterfeit and pirated goods are widely available. It may be very tempting to get that DVD or knockoff designer item, but it's also against the law! You should know that if you are caught with pirated or counterfeit items in your luggage when you come back, you will lose the items and may have to pay a big fine.

Source: http://travel.state.gov/travel/cis_pa_tw/cis/cis_1468.html (retrieved on 7/11/2013)

- 11- The main purpose of the passage above is to guide the reader on
- running an import-export business in some countries.
 - precautions about goods carried in travel luggage.
 - tips to facilitate customs clearance when travelling.
 - the risks of importing pirated items, like DVDs.
 - how to avoid paying a big fine for imported items.
- 12- 'Spices' and 'antiques' are mentioned in the text as examples of goods that
- most countries consider illegal.
 - are innocent-looking but dangerous.
 - subject the bearer to a fine.
 - travelers can't always take abroad.
 - require clearance from embassies.
- 13- The risk of buying certain goods on trips abroad is that
- they may not be legitimate items.
 - pirated items may be confiscated at destination.
 - bootleg is often sold as an original item.
 - counterfeit products are widely available.
 - knock-off items are easy to find.

Questions 14 – 15 refer to the following text:

Customs broking or Customs brokerage is a profession that involves the "clearing" of goods through customs barriers for importers and exporters (usually businesses). This involves the preparation of documents and/or electronic submissions, the calculation and payment of taxes, duties and excises, and facilitating communication between government authorities and importers and exporters. Custom brokers may be employed by or affiliated with freight forwarders, independent businesses, or shipping lines, importers, exporters, trade authorities, and customs brokerage firms.

Source: http://en.wikipedia.org/wiki/Customs_broking#European_Union
(retrieved on 7/11/2013)

- 14- The text mentions the following as functions of the customs broker, EXCEPT
- liaising between traders and government officials.
 - helping clients figure out tax obligations.
 - getting imports and exports past customs.
 - dealing with customs paperwork.
 - circumventing taxes, duties and excises.
- 15- The terms 'custom brokerage' and 'freight forwarders' are best translated as
- 'despacho aduaneiro' and 'agentes de carga', respectively.
 - 'corretagem alfandegária' and 'facilitadores de frete', respectively.
 - 'fiscalização de costumes' and 'inspetores de carga', respectively.
 - 'autoridade aduaneira' and 'intermediadores de carga', respectively.
 - 'controle de alfândega' and 'serviços de frete', respectively.

Questions 16 – 20 refer to the following text:

In 1991, when Brazil joined three of its neighbours to found Mercosur, the pact was hailed as South America's answer to European integration. It is a mark of its failure that, 20 years after the bloc began negotiating with the EU, Brasília is now trying to do its own deal with Brussels.

In part, Mercosur has been a victim of circumstance. It was hoped that a single market would prepare the region's companies for global competition. But its institutions were in their infancy when economic crisis in Argentina altered the terms of trade and resulted in a vicious cycle of protectionism and retaliation. The squabbling has continued ever since. Unsurprisingly, this fragile alliance has signed few deals with outsiders.

The grand ambitions of this South American project have also fallen victim to protectionist tendencies. Meanwhile, the zero-sum attitude that the biggest developing countries brought to the Doha round of trade negotiations, along with western intransigence on agricultural subsidies, contributed to a stalemate on multilateral trade liberalisation.

Mercosur has now degenerated as a political forum. Last year Paraguay was expelled, ostensibly in protest at the abrupt ouster of the country's president. The real purpose, however, may have been to circumvent Paraguayan opposition to the admission of socialist Venezuela. To many, the group has become little more than an anti-gringo talking shop.

Source: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/bd879934-04c2-11e3-9ffd-00144feab7de.html?siteedition=intl#axzz2jywjRpV8> (retrieved on 7/11/2013, slightly adapted)

- 16- The main purpose of this newspaper article is to
- compare Mercosur with the EU.
 - analyse Mercosur's failures.
 - discuss the bloc's political tendencies.
 - praise the South American project.
 - explain how Brazil joined the bloc.
- 17- Brazil's direct negotiations with the EU are presented in the text as
- evidence of Mercosur's success.
 - proof that the bloc is not meeting expectations.
 - a sign of growing confidence in the bloc.
 - a mark of the bloc's flexibility.
 - good news for South American integration.
- 18- The fact that Argentina suffered an economic slowdown
- opened new trade opportunities outside the bloc.
 - has helped Mercosur prepare for global competition.
 - turned it into a victim of circumstance.
 - has led to trade conflicts within the bloc.
 - allowed a single market to emerge.
- 19- In the international arena, Mercosur members
- faced the intransigence of some rich countries.
 - proved to be averse to trade liberalisation.
 - displayed the wrong attitude in Doha.
 - refused to negotiate on agricultural subsidies.
 - ignored the rules of the multilateral game.

- 20- The text concludes that the South American trade bloc
- a) continues to pursue its original goals.
 - b) favours Paraguay to the detriment of Venezuela.
 - c) has developed xenophobic tendencies.
 - d) adopts even-handed political strategies.
 - e) upholds democratic values across the region.

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

- 21- Assinale a opção correta.

Os recintos alfandegados serão assim declarados pela autoridade aduaneira competente, na zona primária ou na zona secundária, a fim de que neles possam ocorrer, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de:

- a) mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial.
 - b) bagagem de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados e de viajantes em vôos domésticos.
 - c) remessas postais internacionais e nacionais.
 - d) mercadorias conduzidas por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior.
 - e) mercadorias admitidas no RECOF.
- 22- Em referência à admissão temporária, assinale a opção correta.
- a) É possível admitir-se temporariamente alguns produtos para desenvolvimento de outro equipamento, sendo que os equipamentos admitidos originalmente serão completamente destruídos e consumidos durante o desenvolvimento do novo produto.
 - b) É possível a admissão temporária de bens estrangeiros para "reparo ou manutenção" de bem nacional ou nacionalizado.
 - c) É possível um interessado admitir temporariamente uma máquina para testá-la na linha de produção de sua empresa, caso a admissão do bem tenha por objetivo o teste de seu funcionamento ou resistência, sem revenda de produto resultante.
 - d) É possível um interessado admitir temporariamente bem que será consumido durante o teste.
 - e) A unidade de despacho da RFB onde foi realizado o despacho de importação de concessão do regime ou a que tem jurisdição de fiscalização aduaneira em Zona Secundária, sobre a matriz do contribuinte, será unicamente a responsável pelo controle do regime.

- 23- Para efeito de cálculo do imposto, não se considera ocorrido o fato gerador do imposto de importação:

- a) na data do registro da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
 - b) no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens contidos em remessa postal internacional quando sujeitos ao regime de importação comum.
 - c) no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.
 - d) no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de mercadoria constante de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio tenha sido verificado pela autoridade aduaneira.
 - e) no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de mercadoria estrangeira que não haja sido objeto de declaração de importação, na hipótese em que tenha sido consumida ou revendida, ou não seja localizada.
- 24- Em relação ao *Drawback* Suspensão, assinale abaixo a opção correta.
- a) A concessão do regime, na modalidade de suspensão, é de competência da Secretaria de Comércio Exterior, devendo ser efetivada, em cada caso, por meio de registro no sistema Siscomex Carga.
 - b) Quando constar do ato concessório do regime a exigência de prestação de garantia, esta só alcançará o valor dos tributos suspensos e será reduzida à medida que forem comprovadas as exportações.
 - c) O excedente de mercadorias produzidas ao amparo do regime, em relação ao compromisso de exportação estabelecido no respectivo ato concessório, poderá ser consumido no mercado interno somente após o pagamento dos tributos suspensos dos correspondentes insumos importados, sem acréscimos legais, se o pagamento ocorrer em até trinta dias do prazo fixado para exportação.
 - d) A Receita Federal do Brasil poderá estabelecer condições e requisitos específicos para a concessão do regime, inclusive a apresentação de cronograma de exportações.
 - e) No caso do beneficiário do ato concessório renunciar ao regime, ele adotará no momento da renúncia tão somente o pagamento dos tributos suspensos, vedados outros procedimentos e destinações em relação aos insumos importados com suspensão.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 25- O importador, o exportador ou o adquirente de mercadoria importada por sua conta e ordem têm a obrigação de manter, em boa guarda e ordem, os documentos relativos às transações que realizarem, pelo prazo decadencial estabelecido na legislação tributária a que estão submetidos, e de apresentá-los à fiscalização aduaneira quando exigidos. Em relação a guarda de documentos, podemos afirmar que:
- os documentos relativos às transações compreendem aqueles de instrução das declarações aduaneiras, a correspondência comercial, incluídos os documentos de negociação e cotação de preços, os instrumentos de contrato comercial, financeiro e cambial, de transporte e seguro das mercadorias, os registros contábeis e os correspondentes documentos fiscais, escrituras de imóveis, certidões negativas e alvarás de funcionamento, bem como outros que a Secretaria da Receita Federal do Brasil venha a exigir em ato normativo.
 - nas hipóteses de incêndio, furto, roubo, extravio ou qualquer outro sinistro que provoque a perda ou deterioração dos documentos, deverá ser feita comunicação, por escrito, no prazo de uma semana do sinistro, à unidade de fiscalização aduaneira da Secretaria da Receita Federal do Brasil que jurisdicione o domicílio matriz do sujeito passivo, instruída com os documentos que comprovem o registro da ocorrência junto à autoridade competente para apurar o fato.
 - no caso de encerramento das atividades da pessoa jurídica, a guarda dos documentos será atribuída ao legatário ou herdeiro residente no País, nos termos da legislação específica.
 - o descumprimento da obrigação da guarda de documentos implicará o não-reconhecimento de tratamento mais benéfico de natureza tarifária, tributária ou aduaneira eventualmente concedido, com efeitos retroativos à data da ocorrência do fato gerador, mesmo sendo apresentadas provas do regular cumprimento das condições previstas na legislação específica para obtê-lo.
 - a obrigação aplica-se também ao despachante aduaneiro, ao transportador, ao agente de carga, ao depositário e aos demais intervenientes em operação de comércio exterior quanto aos documentos e registros relativos às transações em que intervierem, na forma e nos prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 26- Para aplicar a correta alíquota do imposto de importação e do IPI sobre uma determinada mercadoria importada, originária da China, o despachante deverá:
- consultar a tabela de tratamento administrativo do Siscomex, para saber se a mercadoria necessita de anuência.
 - classificar corretamente a mercadoria, obtendo o código NCM com 8 dígitos e após isto consultar a TEC e a TIPI ou usar o simulador de importação disponível no site da Receita Federal do Brasil.
 - obter a habilitação da empresa no RADAR.
 - descrever corretamente a mercadoria no campo de descrição da adição correspondente na Declaração de Importação.
 - consultar o Regime de Origem do Mercosul, para verificar se o certificado de origem descreve a regra de origem correta.
- 27- O cancelamento ou cassação do registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação para utilização de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro, ou com a movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, e serviços conexos, ocorreria nas seguintes hipóteses, exceto:
- acúmulo, em período de três anos, de suspensão cujo prazo total supere doze meses.
 - atuação em nome de pessoa cujo registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação tenha sido objeto de cancelamento ou cassação, ou no interesse desta.
 - prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira, inclusive a prestação dolosa de informação falsa ou o uso doloso de documento falso nas atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.
 - sentença condenatória, mesmo que ainda não transitada em julgado, à pena privativa de liberdade.
 - ação ou omissão dolosa tendente a subtrair ao controle aduaneiro, ou dele ocultar, a importação ou a exportação de bens ou de mercadorias.
- 28- Assinale a opção correta acerca da Pena de Perdimento.
- As infrações a que se aplique a pena de perdimento serão apuradas mediante processo fiscal, cuja peça inicial será o auto de infração acompanhado de termo de apreensão e, se for o caso, de termo de guarda fiscal, sendo aplicada a mesma sistemática dos processos de determinação e exigência de crédito tributário.
 - Feita a intimação, pessoal ou por edital, a não-apresentação de impugnação no prazo de trinta dias significa revelia.
 - Considera-se feita a intimação e iniciada a contagem do prazo para impugnação trinta dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.
 - Após a impugnação e o preparo, o processo será submetido à decisão do titular da unidade aduaneira da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o contribuinte, em primeira instância.
 - A revelia do autuado, declarada pela autoridade preparadora, implica o envio do processo à autoridade competente, para imediata aplicação da pena de perdimento, ficando a mercadoria correspondente disponível para destinação.

- 29- Quanto as multas por infrações administrativas ao controle das importações, assinale a opção incorreta.
- Na ocorrência simultânea de mais de uma infração, será punida apenas aquela a que for cominada a penalidade mais grave.
 - A aplicação da pena não exclui o pagamento dos tributos devidos, nem a imposição de outras penas, inclusive criminais, previstas em legislação específica.
 - Não prejudica a isenção de tributos de que goze a importação, salvo disposição expressa em contrário.
 - Não constituem infrações administrativas ao controle das importações a diferença, para mais ou para menos, por embarque, não superior a cinco por cento quanto ao preço, e a dez por cento quanto à quantidade ou ao peso, desde que não ocorram concomitantemente.
 - Não constituem infrações administrativas ao controle das importações a importação de máquinas e de equipamentos declarados como originários de determinado país, que constituam um todo integrado, embora contenham partes ou componentes produzidos em outros países que não o indicado na licença de importação ou documento de efeito equivalente.
- 30- Os bens integrantes de bagagem desacompanhada que chegarem ao País fora do prazo de três meses anteriores ou de até seis meses da chegada do viajante residente no País ou que não forem provenientes do local ou locais de estada ou procedência do viajante serão tributados pelo:
- Regime de Tributação Comum.
 - Regime de Tributação Especial.
 - Regime de Tributação Unificada.
 - Regime de Tributação Simplificada.
 - Regime Aduaneiro Especial.
- 31- Em relação às atribuições do Despachante Aduaneiro em representação a um importador ou exportador, indique qual das atividades abaixo somente poderá ser realizada mediante cláusula expressa específica do mandato.
- Realizar a preparação, entrada e acompanhamento da tramitação e apresentação de documentos relativos ao despacho aduaneiro.
 - Subscrever documentos relativos ao despacho aduaneiro, inclusive termos de responsabilidade em garantia do cumprimento de obrigação tributária.
 - Solicitar e acompanhar a vistoria aduaneira.
 - Acompanhar a retirada de amostras para assistência técnica e perícia.
 - Receber ciência de intimações relacionadas com o procedimento de despacho aduaneiro.
- 32- Os despachantes aduaneiros intervenientes nas operações de comércio exterior ficam sujeitos à sanção administrativa de suspensão do registro, pelo prazo de até doze meses, nas hipóteses abaixo, exceto:
- delegação de atribuição privativa a pessoa não credenciada ou habilitada, inclusive na hipótese de cessão de senha de acesso a sistema informatizado.
 - descumprimento da obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos a operação que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - atuação em nome de pessoa que esteja cumprindo suspensão, ou no interesse desta.
 - prática de ato que prejudique o procedimento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro.
 - reincidência em conduta já sancionada com advertência.
- 33- As multas aplicadas à importação são proporcionais ao valor do imposto incidente sobre a importação da mercadoria ou o que incidiria se não houvesse isenção ou redução. Na hipótese de importação, como bagagem, de mercadoria que, por sua quantidade e qualidade, revele finalidade comercial, indique abaixo a proporção da Multa.
- dez por cento.
 - vinte por cento.
 - cinquenta por cento.
 - setenta e cinco por cento.
 - cem por cento.
- 34- O imposto de importação incide sobre a entrada de mercadoria estrangeira no país. Assinale, entre os casos abaixo, a única hipótese de incidência do imposto de importação.
- Mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País, devolvida por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição.
 - Mercadoria estrangeira que, corretamente descrita nos documentos de transporte, chegar ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, e que for redestinada ou devolvida para o exterior.
 - Mercadoria estrangeira em trânsito aduaneiro de passagem, acidentalmente destruída.
 - Bagagem de viajante e sobre bens enviados como presente ou amostra, ou a título gratuito.
 - Mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País, por motivo de guerra ou de calamidade pública.
- 35- A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - CIDE-Combustíveis, tem como fato gerador as operações de importação das mercadorias abaixo, exceto:
- álcool etílico combustível.
 - óleos de mamona.
 - óleos combustíveis.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 36- Poderá ser credenciado a operar o Siscomex como representante de pessoa física ou jurídica, no exercício das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro:
- o ajudante de despachante aduaneiro.
 - o dirigente de empresa controlada ou coligada.
 - o despachante aduaneiro.
 - o cônjuge, quando representante da pessoa física.
 - o contador da empresa.
- 37- A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza, bem como a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, com exceção da seguinte mercadoria, entre as relacionadas abaixo:
- televisores.
 - óleo diesel.
 - açúcar derivado da cana de açúcar.
 - veículos de carga.
 - automóveis de passageiros.
- 38- A mercadoria que permanecer em recinto alfandegado de zona primária por noventa dias da sua descarga, sem que o seu despacho de importação seja iniciado é considerada:
- abandonada.
 - em perdimento.
 - sujeita a multa administrativa.
 - em entreposto aduaneiro.
 - despachada para consumo.
- 39- Aplicam-se as seguintes penalidades para as hipóteses abaixo, exceto:
- perdimento da mercadoria, quando se tratar de mercadoria estrangeira, que apresente característica essencial falsificada ou adulterada, que impeça ou dificulte sua identificação, ainda que a falsificação ou a adulteração não influa no seu tratamento tributário ou cambial.
 - perdimento do veículo, quando o veículo terrestre utilizado no trânsito de mercadoria estrangeira for desviado de sua rota legal sem motivo justificado.
 - sanção administrativa de advertência, quando houve atraso, de forma contumaz, na chegada ao destino de veículo conduzindo mercadoria submetida ao regime de trânsito aduaneiro.
 - multa, quando houver mercadoria oculta, a bordo do veículo ou na zona primária, qualquer que seja o processo utilizado.
 - perdimento da mercadoria, quando se tratar de mercadoria estrangeira, exposta à venda, depositada ou em circulação comercial no País, se não for feita prova de sua importação regular.
- 40- A jurisdição dos serviços aduaneiros estende-se por todo o território aduaneiro e abrange, nas áreas abaixo, exceto:
- na zona primária, a área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, nos portos alfandegados.
 - na zona secundária, as águas territoriais.
 - na zona primária, a área terrestre, nos aeroportos alfandegados.
 - as Áreas de Controle Integrado criadas em regiões limítrofes dos países integrantes do Mercosul com o Brasil.
 - na zona secundária, as filiais das empresas brasileiras localizadas no exterior.

CONTROLE E DESPACHO ADUANEIRO

- 41- Em uma Declaração de Trânsito Aduaneiro de entrada, podem ser beneficiários do regime de trânsito aduaneiro, exceto:
- o importador ou o consignatário indicado no conhecimento de carga.
 - o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo desembarço.
 - o operador de transporte multimodal (OTM).
 - o transportador nacional habilitado, autorizado pelo importador ou pelo consignatário indicado no conhecimento.
 - o depositário autorizado, pelo importador ou pelo consignatário da carga, indicado no conhecimento.
- 42- Analise as assertivas sobre o despacho aduaneiro de importação e assinale a opção correta.
- A DI selecionada para canal verde, no Siscomex, nunca poderá ser objeto de conferência física ou documental.
 - A Declaração de Importação selecionada para o canal cinza, será submetida a exame documental, dispensada a verificação da mercadoria, e a aplicação de procedimento especial de controle aduaneiro, para verificar elementos indiciários de fraude, inclusive no que se refere ao preço declarado da mercadoria.
 - As exigências formalizadas pela fiscalização aduaneira e o seu atendimento pelo importador, no curso do despacho aduaneiro, deverão ser registrados no Siscomex, sendo que, havendo exigência relativa a crédito tributário, este será sempre constituído mediante lançamento em auto de infração.
 - O importador poderá ter, a seu requerimento, autorizada pelo responsável pelo despacho, a entrega da mercadoria antes da conclusão da conferência aduaneira, sendo que esta, inclusive em cumprimento de decisão judicial, deve ser informada no Siscomex, em todos os casos.
 - Quando houver necessidade de conferência física da mercadoria, a verificação física deverá ser sempre realizada na presença do importador ou de seu representante.

- 43- Em relação às operações com conhecimento de carga, também conhecido como conhecimento de transporte, assinale a opção correta.
- O conhecimento de carga, também conhecido como conhecimento de transporte emitido pelo transportador, define a contratação da operação de transporte internacional, comprova o recebimento da mercadoria na origem e a obrigação de entregá-la no lugar de destino, mas não constitui prova de posse ou propriedade da mercadoria, pelo consignatário.
 - As cargas de importação, amparadas por conhecimento genérico ou "master", já com presença de carga registrada por depositário podem receber registro de declaração de importação ou trânsito aduaneiro.
 - O conhecimento eletrônico (CE) de importação registrado no SISCOMEX Carga que vier a sofrer endosso eletrônico no sistema para novo consignatário, caso já tenha sido registrada a presença de carga, já pode ser vinculado à declaração de importação, em nome do novo consignatário, independente de aceitação deste no sistema.
 - Uma das condições que permitem o registro de declaração de importação vinculada a um conhecimento eletrônico (CE) é que o consignatário da carga deverá ser o importador identificado na declaração.
 - O Master Air Waybill (MAWB) é um exemplo de conhecimento filhote.
- 44- Assinale o sistema responsável pelo controle de carga aérea de importação, utilizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos aeroportos brasileiros.
- SISCOMEX Mantra.
 - SISCOMEX Carga.
 - SISCOMEX Trânsito Aduaneiro.
 - SISCOMEX Importação.
 - SISCOMEX Mercante.
- 45- No Despacho de Exportação, o desembaraço da declaração de exportação significa que:
- foi confirmado, pela fiscalização aduaneira, o embarque ou a transposição de fronteira da mercadoria.
 - foi registrada a recepção dos documentos instrutivos do despacho.
 - foi autorizado, pela aduana, o trânsito aduaneiro, o embarque ou a transposição de fronteira, da mercadoria.
 - o depositário realizou a presença da carga da declaração de exportação.
 - a declaração de exportação está pronta para sofrer seleção parametrizada pelo sistema.
- 46- Em relação ao tratamento administrativo das importações brasileiras, assinale a opção incorreta.
- O sistema administrativo das importações brasileiras compreende as seguintes modalidades: importações dispensadas de Licenciamento, importações sujeitas a Licenciamento Automático e importações sujeitas a Licenciamento Não Automático.
 - O licenciamento automático poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria no exterior, mas anteriormente ao despacho aduaneiro de importação.
 - Quando forem verificados erros e/ou omissões no preenchimento do pedido de licença ou mesmo a inobservância dos procedimentos administrativos previstos para a operação ou para o produto, os órgãos anuentes registrarão, no próprio pedido, advertência ao importador, solicitando a correção de dados. Em caso de não cumprimento, o SISCOMEX cancelará automaticamente o pedido de licença no prazo de 90 (noventa) dias.
 - O licenciamento automático será efetivado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de registro no SISCOMEX, caso os pedidos de licença tenham sido apresentados de forma adequada e completa.
 - Caso não sejam vinculadas a uma Declaração de Importação, as Licenças de Importação deferidas serão canceladas automaticamente pelo SISCOMEX após 10 (dez) dias contados a partir da data do registro no sistema, se a Licença de Importação tiver sido deferida sem restrição à data de embarque.
- 47- São hipóteses de incidência do Imposto de Importação:
- Bagagem de viajante e bens enviados como presente ou amostra, ou a título gratuito;
 - Mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País, enviada em consignação e não vendida no prazo autorizado;
 - Mercadoria estrangeira que, corretamente descrita nos documentos de transporte, chegar ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, e que for redestinada ou devolvida para o exterior;
 - Mercadoria estrangeira idêntica, em igual quantidade e valor, e que se destine a reposição de outra anteriormente importada que se tenha revelado, após o desembaraço aduaneiro, defeituosa ou imprestável para o fim a que se destinava, desde que observada a regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda;
 - Mercadoria estrangeira devolvida para o exterior antes do registro da declaração de importação, observada a regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda.
- Apenas a alternativa I está correta.
 - Apenas as alternativas II e III estão corretas.
 - Apenas as alternativas I, III, IV e V estão corretas.
 - Todas as alternativas estão corretas.
 - Apenas a alternativa I está incorreta.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 48- Para efeito de cálculo do Imposto de Importação, considera-se ocorrido o fato gerador:
- na data do desembaraço da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
 - na data de início do trânsito aduaneiro para as mercadorias submetidas a regime suspensivo.
 - na data do registro da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo.
 - na data da prestação da informação da presença de carga pelo depositário.
 - na data da descarga da mercadoria em território nacional.
- 49- No caso de alíquota *ad valorem*, a base de cálculo do Imposto de Importação é:
- o valor aduaneiro da mercadoria.
 - o valor efetivamente pago ou a pagar pela mercadoria constante da fatura.
 - o valor efetivamente pago ou a pagar pela mercadoria constante da fatura acrescido dos demais tributos sobre a importação (IPI, PIS/PASEP importação, COFINS importação e ICMS).
 - a quantidade de mercadoria expressa em unidade de medida estabelecida.
 - o valor da mercadoria constante em conhecimento de carga eletrônico informado com antecedência à RFB.
- 50- O registro da DI caracteriza o início do despacho aduaneiro de importação, e somente será efetivado:
- Se verificada a regularidade cadastral do importador.
 - Após o licenciamento da operação de importação, quando exigível, e a verificação do atendimento às normas cambiais, conforme estabelecido pelos órgãos e agências da administração pública federal competentes.
 - Após a chegada da carga, exceto na modalidade de registro antecipado da DI.
 - Se não for constatada qualquer irregularidade impeditiva do registro.
 - Após o ICMS incidente sobre as mercadorias ter sido declarado e recolhido.
- Somente a alternativa I está correta.
 - Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - Todas as alternativas estão corretas.
 - Somente a alternativa V está incorreta.
- 51- O pagamento dos tributos e contribuições federais devidos na importação de mercadorias, bem assim dos demais valores exigidos em decorrência da aplicação de direitos *antidumping*, compensatórios ou de salvaguarda, será efetuado:
- até o desembaraço da DI, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) eletrônico, mediante débito automático em conta corrente bancária, em agência habilitada de banco integrante da rede arrecadadora de receitas federais.
 - no ato do registro da DI ou da sua retificação, se efetuada no curso do despacho aduaneiro, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) eletrônico, mediante débito automático em conta corrente bancária, em agência habilitada de banco integrante da rede arrecadadora de receitas federais.
 - até o desembaraço da DI, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) emitido pelo sistema, e confirmação do pagamento pelo banco integrante da rede arrecadadora de receitas federais.
 - anteriormente ao registro da DI, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) emitido pelo sistema, e confirmação do pagamento pelo banco integrante da rede arrecadadora de receitas federais.
 - até a entrega da carga, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) emitido pelo sistema, e confirmação do pagamento pelo banco integrante da rede arrecadadora de receitas federais.
- 52- Sobre a conferência aduaneira no despacho de importação é correto afirmar:
- Após o registro, a DI será submetida a análise fiscal e selecionada para um dos canais de conferência aduaneira.
 - Quando a DI for submetida ao canal verde de conferência aduaneira, o sistema registrará o desembaraço automático da mercadoria, dispensados o exame documental e a verificação física da mercadoria.
 - Quando a DI for submetida ao canal amarelo de conferência aduaneira, será realizado o exame documental, e, não sendo constatada irregularidade, efetuado o desembaraço aduaneiro, dispensada a verificação física da mercadoria.
 - Quando a DI for submetida ao canal vermelho de conferência aduaneira, a mercadoria somente será desembaraçada após a realização do exame documental e da verificação física da mercadoria.
- Somente a alternativa I está incorreta.
 - Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - Todas as alternativas estão corretas.
 - Nenhuma alternativa está correta.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

53- Assinale a opção incorreta a respeito das hipóteses de retificação de DI.

- a) A retificação de informações prestadas na declaração, ou a inclusão de outras, no curso do despacho aduaneiro, ainda que por exigência da fiscalização aduaneira, será feita, pelo importador, no SISCOMEX.
- b) A retificação da declaração somente será efetivada após a sua aceitação, no SISCOMEX, pela fiscalização aduaneira, exceto no que se refere aos dados relativos à operação cambial.
- c) Quando da retificação resultar importação sujeita a licenciamento, o despacho ficará interrompido até a sua obtenção, pelo importador.
- d) A retificação da declaração após o desembarço aduaneiro será realizada mediante solicitação do importador, formalizada em processo e instruída com provas de suas alegações e, se for o caso, do pagamento dos tributos, direitos comerciais, acréscimos moratórios e multas, inclusive as relativas a infrações administrativas ao controle das importações, devidos, e do atendimento de eventuais controles específicos sobre a mercadoria, de competência de outros órgãos ou agências da administração pública federal.
- e) Em qualquer caso, a retificação da declaração afasta a aplicação das penalidades fiscais e sanções administrativas cabíveis.

54- Após o despacho de importação ter sido concluído e a declaração de importação encontrar-se desembarçada, são condições para a entrega da mercadoria ao importador:

- a) em qualquer caso, a autorização expressa da autoridade aduaneira local.
- b) a verificação da regularidade do pagamento ou exoneração do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e a declaração de pagamento ou exoneração de ICMS.
- c) no caso de declarações parametrizadas para o canal verde de conferência aduaneira, a assinatura de termo de responsabilidade pelo importador ou seu representante.
- d) a apresentação de declaração de trânsito aduaneiro para amparar o percurso da mercadoria até o estabelecimento do importador.
- e) a apresentação de Darf emitido pelo sistema com a comprovação bancária do pagamento dos tributos e contribuições federais devidos na importação de mercadorias, bem assim dos demais valores exigidos em decorrência da aplicação de direitos *antidumping*, compensatórios ou de salvaguarda.

55- Sobre o Siscomex Carga, é incorreto afirmar:

- a) é o sistema utilizado pela RFB para controlar a entrada e saída de embarcações e de movimentação de cargas e unidades de carga em portos alfandegados.
- b) as informações necessárias ao controle exercido pelo sistema serão prestadas no Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (Mercante), gerenciado pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM), pelos transportadores, agentes marítimos e agentes de carga.
- c) é permitida a vinculação do Conhecimento Eletrônico (CE) à declaração de importação para CE emitido à ordem.
- d) está sujeita à pena de perdimento a mercadoria carregada ou descarregada do veículo sem informação de manifesto eletrônico ou em desobediência a bloqueio registrado no sistema.
- e) não serão informadas no sistema as mercadorias transportadas no veículo e não sujeitas a conhecimento de carga, como sobressalentes e provisões de bordo.

56- São tipos de declaração de trânsito aduaneiro de importação, exceto:

- a) Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA).
- b) Manifesto Internacional de Carga - Declaração de Trânsito Aduaneiro (MIC-DTA).
- c) Declaração de Trânsito de Passagem (DTP).
- d) Conhecimento-Carta de Porte Internacional - Declaração de Trânsito Aduaneiro (TIF-DTA).
- e) Declaração de Trânsito de Contêiner (DTC).

57- São condições para o registro da declaração de trânsito aduaneiro de entrada:

- I. A chegada da carga.
 - II. A disponibilidade da carga no Siscomex.
 - III. O registro da declaração de importação.
 - IV. A existência de saldo suficiente na conta corrente de garantia para acobertar o trânsito aduaneiro solicitado.
 - V. O pagamento dos tributos suspensos.
- a) Somente a alternativa I está correta.
 - b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - c) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão corretas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 58- Com relação ao Tratamento Administrativo concedido nas importações brasileiras é correto afirmar:
- todas as importações estão sujeitas a licenciamento não-automático.
 - a licença de importação deverá ser registrada no Siscomex pelo importador ou seu representante legal, ou ainda, por agentes credenciados pela Secex, e pela RFB.
 - é obrigatório para todas as importações sujeitas a licenciamento que o pedido de licenciamento seja informado, no Siscomex, previamente ao embarque das mercadorias.
 - para as importações sujeitas a licenciamento, não é necessário que a LI encontre-se deferida no momento do registro da DI, desde que seu deferimento ocorra até o desembaraço da declaração.
 - ambos os licenciamentos (automático e não-automático) têm validade de 45 dias a partir da data de deferimento da licença de importação, sendo este prazo improrrogável em qualquer caso.
- 59- Sobre o despacho aduaneiro de exportação, é incorreto afirmar:
- trata-se de procedimento fiscal mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo exportador em relação à mercadoria, aos documentos apresentados e à legislação específica, com vistas a seu desembaraço aduaneiro e a sua saída para o exterior.
 - toda mercadoria destinada ao exterior, inclusive a reexportada, está sujeita a despacho de exportação, com as exceções estabelecidas na legislação específica.
 - será processado por meio do registro de declaração no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, salvo exceções previstas em normas específicas.
 - o controle administrativo/comercial a que se sujeitam as operações de exportação é efetuado através do registro de exportação (RE).
 - um registro de exportação (RE) pode ser utilizado em várias declarações de exportação.
- 60- Para os efeitos da formulação da declaração para despacho de exportação, entende-se por:
- Unidade da RFB de despacho, a unidade da RFB com jurisdição sobre o domicílio fiscal do exportador.
 - Unidade da RFB de embarque, a unidade da RFB com jurisdição sobre o domicílio fiscal do transportador da mercadoria a ser exportada.
 - Unidade da RFB de embarque, qualquer unidade da RFB eleita pelo exportador para efetuar a entrega da documentação correspondente à operação de exportação.
 - Unidade da RFB de despacho, aquela que jurisdicione o local de conferência e desembaraço da mercadoria a ser exportada.
 - Unidade da RFB de embarque, aquela que jurisdicione o local de conferência e desembaraço da mercadoria a ser exportada.
- 61- Sobre a conferência aduaneira na exportação, é correto afirmar:
- a seleção para conferência aduaneira será efetuada pelo próprio exportador que, juntamente com a apresentação dos documentos instrutivos da DE, indicará um dos canais de seleção: verde, amarelo ou vermelho.
 - se a declaração de exportação for selecionada para o canal verde de conferência aduaneira, significa que será realizado o exame documental, e, não sendo constatada irregularidade, será efetuado o desembaraço aduaneiro, dispensada a verificação física da mercadoria.
 - se a declaração de exportação for selecionada para o canal laranja de conferência aduaneira, será realizado o exame documental, e, não sendo constatada irregularidade, será efetuado o desembaraço aduaneiro, dispensada a verificação física da mercadoria.
 - se a declaração de exportação for selecionada para o canal vermelho de conferência aduaneira, significa que o sistema registrará o desembaraço automático da mercadoria, dispensados o exame documental e a verificação da mercadoria.
 - se a declaração de exportação for selecionada para o canal verde de conferência aduaneira, significa que será realizado o exame documental, e, mesmo sendo constatada irregularidade, será efetuado o desembaraço aduaneiro, e em nenhuma hipótese será realizada a verificação física da mercadoria.
- 62- No caso de exportação rodoviária para país membro do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, o documento que será utilizado para instruir a declaração de exportação como Manifesto Internacional de Carga será:
- o conhecimento eletrônico informado no Sistema Mercante.
 - a Nota Fiscal da mercadoria.
 - a declaração de trânsito aduaneiro registrada no Siscomex Trânsito.
 - o Manifesto Internacional de Carga Rodoviária/ Declaração de Trânsito Aduaneiro MIC/DTA.
 - o certificado de origem Mercosul.
- 63- Constitui ato final do despacho de exportação e confirmação, pela fiscalização aduaneira, do embarque ou da transposição de fronteira da mercadoria:
- a averbação de embarque ou de transposição de fronteira.
 - o desembaraço aduaneiro.
 - a conclusão do trânsito aduaneiro.
 - a informação dos dados de embarque.
 - a emissão do comprovante de exportação.

- 64- A critério do chefe da unidade local da RFB, o registro da declaração poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria ou sua saída do território nacional, na exportação de:
- I. granéis, inclusive petróleo bruto e seus derivados.
 - II. produtos agroindustriais acondicionados em fardos ou sacaria.
 - III. veículos novos.
 - IV. produtos perecíveis.
 - V. papel em bobinas.
- a) Somente a alternativa I está incorreta.
 - b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.
 - e) Nenhuma alternativa está correta.
- 65- Em relação ao Registro de Exportação (RE) assinale a opção correta.
- a) O Registro de Exportação (RE) deverá ser efetuado depois do desembarço da declaração para despacho aduaneiro.
 - b) O Registro de Exportação (RE) será deferido no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de seu registro no SISCOMEX, desde que apresentado de forma adequada e completa.
 - c) As mercadorias classificadas em um mesmo código da NCM, que apresentem especificações e preços unitários distintos, não poderão ser agrupadas em um único Registro de Exportação (RE).
 - d) O Registro de Exportação (RE) não utilizado até a data final de sua validade não poderá ser prorrogado.
 - e) O prazo de validade do Registro de Exportação (RE) para início do despacho aduaneiro de exportação das mercadorias é de 60 (sessenta) dias contados da data do seu deferimento.
- 66- As opções abaixo contêm as informações constantes em um Conhecimento de Carga, exceto:
- a) preço de venda da mercadoria.
 - b) nome e endereço do consignatário.
 - c) identificação do transportador.
 - d) valor do frete.
 - e) local de embarque da carga.
- 67- Sobre o despacho aduaneiro de importação, assinale a opção correta.
- a) O cancelamento de DI poderá ser autorizado pelo chefe do setor responsável pelo despacho aduaneiro com base em requerimento fundamentado do importador, por meio de função própria, no Siscomex, quando se tratar de mercadoria objeto de pena de perdimento.
 - b) Nas importações por via terrestre será permitida a entrega fracionada da mercadoria que, em razão do seu volume ou peso, não possa ser transportada em apenas um veículo ou partida e quando for efetuado o registro de uma única declaração para o despacho aduaneiro, correspondente a uma só importação e a um único conhecimento de carga.
 - c) O importador deverá apresentar declaração sobre o ICMS devido da mercadoria submetida a despacho de importação e esta declaração deve ser efetivada antes da seleção para canal de conferência aduaneira.
 - d) As mercadorias retiradas a título de amostra na verificação física da mercadoria são dedutíveis da quantidade declarada, devendo o importador retificar a declaração.
 - e) Para retirar as mercadorias do recinto alfandegado, o importador deverá apresentar ao depositário apenas os documentos de identificação da pessoa responsável pela retirada das mercadorias.
- 68- A Declaração Simplificada de Exportação registrada no Siscomex Exportação, poderá ser utilizada no despacho aduaneiro de bens, exceto:
- a) sob o regime de exportação temporária, para posterior retorno ao País no mesmo estado ou após conserto, reparo ou restauração.
 - b) animais de vida doméstica, sem cobertura cambial e sem finalidade comercial.
 - c) exportados por pessoa jurídica, com ou sem cobertura cambial, até o limite de US\$ 50,000.00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda.
 - d) integrantes de bagagem desacompanhada.
 - e) que devam ser devolvidos ao exterior por erro manifesto ou comprovado de expedição, reconhecido pela autoridade aduaneira.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

69- Um determinado Despachante Aduaneiro registrou uma DI na modalidade de despacho antecipado para a Empresa a qual representa, e recolheu os tributos referentes à importação. A referida DI foi parametrizada no Canal Amarelo de conferência aduaneira. Ocorre que, quando a carga chegou, foi descarregada em recinto aduaneiro diverso daquele indicado na DI. Qual deverá ser o procedimento do Despachante, considerando que não há indício de infração e nem se trata de objeto de pena de perdimento?

- a) Requerer ao chefe do setor responsável pelo despacho aduaneiro da Unidade da Receita Federal de Despacho o cancelamento da DI e registrar outra com o recinto aduaneiro correto.
- b) Fazer a retificação da DI e submeter à análise e aceitação pela fiscalização.
- c) Solicitar à Unidade da Receita Federal de despacho a devolução da mercadoria ao exterior.
- d) Registrar outra DI e pagar novamente os tributos, posteriormente notificando a Unidade da Receita Federal de entrada para que proceda a anulação da DI.
- e) Fazer uma DSI com os dados corretos para resguardar o importador de possíveis fiscalizações futuras.

70- Assinale a opção que não corresponde a importação passível de processamento por meio de declaração simplificada de importação (DSI).

- a) Máquina para testes na linha de produção, submetida ao regime de admissão temporária.
- b) Bagagem desacompanhada de viajante.
- c) Livros recebidos a título de doação pela ESAF, órgão da administração pública direta.
- d) Importação de moldes industriais, realizadas por pessoa jurídica, sem cobertura cambial, no valor de US\$ 50,000.00.
- e) Importação de uma guitarra elétrica, promovida por pessoa física, como presente de aniversário, no valor total de US\$ 3,000.00.

IDENTIFICAÇÃO MERCEOLÓGICA

71- Com relação aos métodos de valoração aduaneira previstos pelo Acordo de Valoração Aduaneira (AVA), o 2º método de valoração é o seguinte:

- a) Método do valor de transação de mercadorias similares.
- b) Método do custo de produção ou do valor computado.
- c) Método do valor da transação.
- d) Método do valor de transação de mercadorias idênticas.
- e) Método do valor da revenda.

72- De acordo com o Acordo de Valoração Aduaneira (AVA):

- I. O artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) dispõe que o valor aduaneiro da mercadoria importada deve ser determinado com base no "valor real" da mercadoria ou de mercadoria similar.
- II. O importador poderá, tendo obtido prévia anuência da Aduana, optar pela inversão da ordem de aplicação dos quarto e quinto métodos de valoração.
- III. A base de cálculo do Imposto de Importação, quando a alíquota for *ad valorem*, é o valor aduaneiro apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).
- IV. A principal diferença entre a Definição de Valor de Bruxelas (DVB) e o Acordo de Valoração Aduaneira do GATT (AVA-GATT) é que a primeira baseia-se em uma noção teórica de valor, enquanto que o Acordo fundamenta-se em uma noção positiva de valor.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Apenas a proposição I está correta.
- c) Apenas a proposição II está correta.
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- e) Apenas as proposições II e IV estão corretas.

73- Em relação ao primeiro método de valoração, marque a opção incorreta.

- a) O primeiro método não poderá ser aplicado se o comprador e o vendedor forem vinculados e esta vinculação afetar o preço.
- b) As comissões de venda não deverão ser acrescentadas ao preço efetivamente pago ou a pagar, na medida em que sejam suportadas pelo comprador mas não estejam incluídas no preço efetivamente pago ou a pagar.
- c) O primeiro método somente poderá ser aplicado quando a transação for uma venda para exportação para o país de importação.
- d) Poderá ser utilizado o primeiro método de valoração se houver restrições à cessão ou à utilização das mercadorias importadas pelo comprador que apenas limitem área geográfica na qual as mercadorias podem ser revendidas.
- e) O custo de embalar deverá ser acrescentado ao preço efetivamente pago ou a pagar, na medida em que sejam suportados pelo comprador mas não estejam incluídos no preço efetivamente pago ou a pagar.

- 74- As operações comerciais no Mercado Comum do Sul (Mercosul) foram normatizadas através do:
- Acordo de Complementação Econômica nº 55 (ACE 55).
 - Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE 53).
 - Acordo de Complementação Econômica nº 36 (ACE 36).
 - Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35).
 - Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18).
- 75- Analise as proposições abaixo e marque a opção correta.
- O doce de leite produzido a partir do leite totalmente obtido no Uruguai é um exemplo de mercadoria totalmente produzida no Uruguai.
 - Mercadorias totalmente obtidas são aquelas obtidas em seu estado natural, não podendo ter sofrido processamento mínimo.
 - O controle da origem será realizado, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), no curso do despacho de importação ou em procedimento de fiscalização após o despacho aduaneiro.
 - O Certificado de Origem apresentado será aceito pela autoridade aduaneira, para fins de reconhecimento do tratamento preferencial, quando tiver sido firmado por entidade ou funcionário não autorizado.
- Apenas a proposição I está correta.
 - Apenas a proposição II está correta.
 - As proposições I e III estão corretas.
 - As proposições II e III estão corretas.
 - Todas as proposições estão corretas.
- 76- Sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias está incorreto dizer que:
- O Sistema Harmonizado é organizado em 96 Capítulos, numerados de 1 a 97.
 - Os dois primeiros dígitos do código identificam o Capítulo.
 - O Capítulo 77 está reservado para uma eventual utilização futura.
 - As posições são códigos numéricos com 6 (seis) dígitos.
 - As posições podem se subdividir em subposições.
- 77- Quanto à estrutura da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) marque a opção correta.
- O código 1003.90.01 pode existir na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).
 - O código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é composto por seis dígitos.
 - O código 5401.20.90 é um item desdobrado em subitem.
 - O item não poderá se subdividir em subitens.
 - O sétimo dígito indica o item.
- 78- Quanto às Regras Gerais para Interpretação (RGI) do Sistema Harmonizado, marque a opção incorreta.
- Os títulos das Seções, Capítulos e Subcapítulos têm apenas valor indicativo.
 - Qualquer referência a uma matéria em determinada posição diz respeito a essa matéria, quer em estado puro, quer misturada ou associada a outras matérias.
 - Conforme a Regra 3 c), nos casos em que as Regras 3 a) e 3 b) não permitam efetuar a classificação, a mercadoria classifica-se na posição situada em primeiro lugar na ordem numérica, dentre as suscetíveis de validamente se tomarem em consideração.
 - As mercadorias que não possam ser classificadas por aplicação das Regras Gerais nºs 1, 2 e 3 classificam-se na posição correspondente aos artigos mais semelhantes.
 - A classificação de mercadorias nas subposições de uma mesma posição é determinada, para efeitos legais, pelos textos dessas subposições e das Notas de subposição respectivas.
- 79- Quanto às Regras Gerais para Interpretação (RGI) do Sistema Harmonizado, marque a opção correta.
- Na aplicação da Regra Geral nº 3 a posição mais genérica prevalece sobre as mais específicas.
 - Qualquer referência a um artigo em determinada posição abrange esse artigo mesmo incompleto ou inacabado, desde que presente, no estado em que se encontra, as características essenciais do artigo completo ou acabado.
 - A Regra Geral nº 4 serve para determinar a classificação de uma mercadoria quando pareça que a referida mercadoria possa classificar-se em duas ou mais posições por aplicação da Regra Geral nº 2 b).
 - A Regra Geral nº 3 determina que as obras compostas, cuja classificação não se possa efetuar pela aplicação da Regra 3 a), classificam-se pela matéria ou artigo que lhes confira maior volume.
 - Conforme a Regra Geral nº 5, as embalagens suscetíveis de utilização repetitiva não podem se classificar separadamente das mercadorias por elas acondicionadas.
- 80- Analise as proposições abaixo e marque a opção correta.
- A NALADISH é a nomenclatura utilizada nos instrumentos de negociações no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração.
 - Os seis (6) primeiros dígitos da NALADISH identificam a posição do Sistema Harmonizado.
 - As mercadorias estão dispostas em ordem alfabética no Sistema Harmonizado.
 - A Organização Mundial de Aduanas (OMA) administra a Convenção do Sistema Harmonizado (SH).
- Apenas a proposição I está correta.
 - Apenas a proposição III está correta.
 - Apenas as proposições I e III estão corretas.
 - Apenas as proposições II e III estão corretas.
 - Apenas as proposições I e IV estão corretas.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br